

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.707.710 - PR (2017/0286331-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : SIRLEI DE ALMEIDA  
**ADVOGADO** : LEANDRO ISAIAS CAMPI DE ALMEIDA - PR028889  
**RECORRIDO** : BANCO BRADESCO S/A  
**ADVOGADOS** : NEWTON DORNELES SARATT - PR038023  
FERNANDO AUGUSTO OGURA - PR038205

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por SIRLEI DE ALMEIDA, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE AÇÃO REVISIONAL - DESPACHO QUE DETERMINA A REALIZAÇÃO DE PERÍCIA CONTÁBIL PARA APURAR O EXCESSO DE EXECUÇÃO SUSCITADO PELO BANCO DEVEDOR EM SUA IMPUGNAÇÃO - RECURSO DO CREDOR - ALEGAÇÃO DE PRECLUSÃO PRO JUDICATO - TESE RECURSAL QUE NÃO PROCEDE - ART. 471 CPC/93 E ART. 505 DO NCPC/2015 RESPEITADOS - DETERMINAÇÃO DE PERÍCIA CONTÁBIL QUE NÃO VIOLA O CONTIDO NA SENTENÇA, UMA VEZ QUE A FORMA DA LIQUIDAÇÃO NÃO FAZ COISA JULGADA - SÚMULA 344 STJ - OUTROSSIM, IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA PRESUNÇÃO DE VERACIDADE PREVISTA NO ART. 475-B, §2º CPC/1973 E NO ART. 509, §2º NCPC/2015 - BANCO QUE, AO SER INTIMADO, NÃO SE MANTÉM INERTE, CUMPRINDO PARCIALMENTE A DETERMINAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS RELATIVOS À MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA - CORRETO PROSSEGUIMENTO DA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - TESE DE ERROR IN PROCEDENDO QUE NÃO PROCEDE - IMPRESCINDIBILIDADE DE LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO ANTE A COMPLEXIDADE DOS CÁLCULOS A SEREM JULGADOS - NECESSIDADE DE EXPURGO DE DIVERSOS LANÇAMENTOS CONSIDERADOS IRREGULARES NA SENTENÇA OBSERVÂNCIA DO ART. 505 DO NCPC/2015 (ART. 475-C DO CPC/73) - PRECEDENTES DESTES TJPR E DO STJ - ADEMAIS, CARACTERIZADA A PRECLUSÃO EM DESFAVOR DO CREDOR, O QUAL NÃO RECORREU, NO MOMENTO OPORTUNO, DO PRIMEIRO DESPACHO QUE NÃO APLICOU A PRESUNÇÃO DE VERACIDADE ANTES*

*ANUNCIADA - OUTROSSIM, TENDO O CREDOR APRESENTADO PLANILHA DE CÁLCULO APÓS A JUNTADA DE DOCUMENTOS PELO BANCO, ANUIU TACITAMENTE COM O PROSSEGUIMENTO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - PRECLUSÃO LÓGICA E TEMPORAL CONFIGURADAS - DECISÃO AGRAVADA MANTIDA.*

*RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.*

*DETERMINAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS RELATIVOS À MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA - CORRETO PROSSEGUIMENTO DA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - TESE DE ERROR IN PROCEDENDO QUE NÃO PROCEDE - IMPRESCINDIBILIDADE DE LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO ANTE A COMPLEXIDADE DOS CÁLCULOS A SEREM JULGADOS - NECESSIDADE DE EXPURGO DE DIVERSOS LANÇAMENTOS CONSIDERADOS IRREGULARES NA SENTENÇA OBSERVÂNCIA DO ART. 505 DO NCPC/2015 (ART. 475-C DO CPC/73) - PRECEDENTES DESTES TJPR E DO STJ - ADEMAIS, CARACTERIZADA A PRECLUSÃO EM DESFAVOR DO CREDOR, O QUAL NÃO RECORREU, NO MOMENTO OPORTUNO, DO PRIMEIRO DESPACHO QUE NÃO APLICOU A PRESUNÇÃO DE VERACIDADE ANTES ANUNCIADA - OUTROSSIM, TENDO O CREDOR APRESENTADO PLANILHA DE CÁLCULO APÓS A JUNTADA DE DOCUMENTOS PELO BANCO, ANUIU TACITAMENTE COM O PROSSEGUIMENTO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - PRECLUSÃO LÓGICA E TEMPORAL CONFIGURADAS - DECISÃO AGRAVADA MANTIDA.*

*RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. " (e-STJ, fl. 172/173)*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados(e-STJ fl. 197/208).

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação dos arts. art. 1022 e 489, § 10, IV, do Código de Processo Civil de 2015, sustentando que o acórdão recorrido foi omissivo: 1) ao não examinar porque a sanção contida em tal norma não poderia ser imputada ao banco quanto aos documentos que não exibiu; 2) ao não se manifestar sobre o argumento de que o despacho que determinou a intimação do recorrente para apresentar seus cálculos seria meramente ordinatório e, por isso irrecurável e 3) quanto ao fato de que a obrigação já é líquida e, por isso, a perícia determinada seria mero instrumento probatório a cargo do impugnante, ora recorrido, não podendo ser determinada de ofício.

Alegou, ainda, ofensa ao art. 475-B, §2º e 504, do CPC/73, sob o

fundamento de que tendo o banco sido intimado para exibir documentos necessários ao cumprimento de sentença, e não os tendo exibido integralmente, a presunção de correção dos cálculos dos autores é medida que se impõe, por simples subsunção de tal norma aos fatos, sem que para isso fosse necessário qualquer outro pronunciamento judicial em primeira instância, bem como que o despacho que determinou a intimação do recorrente para apresentar seus cálculos seria meramente ordinatório e, por isso irrecorrível.

Apresentadas contrarrazões às fls. .228/239 (e-STJ)

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, não prospera a alegada ofensa ao art.1022 e 489, § 10, IV, do Código de Processo Civil de 2015, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia, como se verá adiante.

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte.

A Corte de origem assim se manifestou :

*"Ao contrário do alegado pelo agravante, o banco não permaneceu inerte quando foi intimado para apresentar a documentação bancária, uma vez que juntou parte dos extratos e contratos da conta corrente e solicitou mais prazo para anexar o restante, sendo que somente assim não o fez porque foi indeferido seu pedido de prorrogação.*

*Dessa forma, impossível a aplicação da presunção de veracidade prevista no §2º do art. 475- B do CPC/1973, posto que o banco cumpriu parcialmente o determinado no despacho de mov. 62.*

*Destaca-se ainda que, transitado em julgado a sentença que ora se executa, a agravante não apresentou qualquer cálculo do valor executado, mas apenas solicitou na petição de mov. 60.1 a intimação do banco para apresentar mais documentos e viabilizar a produção de seus cálculos.*

*Ou seja, inexistindo cálculos da credora antes do despacho de mov. 62, impossível a aplicação da presunção de veracidade do §2º do art.*

*475-B do CPC/73.*

*Ademais, no despacho de mov. 87.1 o juiz a quo determinou o prosseguimento da demanda sem aplicar a referida presunção de veracidade. Na sequência, a agravante não interpôs qualquer*

*recurso para impugnar o despacho de mov. 87.1, anuindo tacitamente com o procedimento adotado pelo juízo singular, tanto que no mov. 96.1 apresentou planilha de cálculo com os documentos existentes nos autos, bem como no mov. 132.1 respondeu à na impugnação ao cumprimento de sentença apresentado pelo banco agravado no mov. 117.1.*

*Somente após a determinação de produção de prova pericial é que o agravante requereu a aplicação dos efeitos do §2º do art. 475-B do CPC/73 (§2º do art. 509 do NCPC/2015) antes anunciada no despacho de mov. 62.1.*

*Na realidade, , houve preclusão em desfavor do agravante, uma vez que não questionou o prosseguimento da impugnação ao cumprimento de sentença no momento adequado.*

*(...)*

*Outrossim, nada há para ser alterado na conduta do magistrado de origem, pois, ante a discrepância de valores apresentados pelas partes e não possuindo capacidade técnica para avaliar qual a planilha correta, corretamente determinou a produção de perícia contábil para auxiliar o julgamento da demanda.*

*A realização da liquidação por arbitramento sempre será possível quando exigir a natureza e a complexidade dos cálculos (art. 475-C do CPC/1973), inexistindo coisa julgada sobre este ponto da sentença.*

*É prerrogativa do magistrado a verificação da necessidade de conhecimento técnico para o julgamento das contas das partes, pois a perícia objetiva justamente esclarecer as dúvidas fora do campo jurídico da demanda, imprescindíveis para a fundamentação das decisões nela proferidas.*

*No caso em apreço, os cálculos apresentados pelas partes não são simples, havendo necessidade de conhecimento de técnico para expurgar a capitalização mensal de juros, afastar as tarifas bancárias e a comissão de permanência, bem como aplicar a taxa média de juros remuneratórios em substituição aos percentuais cobrados." (e-STJ fl. 180/184)*

Como visto, a Corte de origem expressamente se manifestou sobre a impossibilidade de aplicação do princípio da presunção de veracidade, no caso concreto, bem como sobre a necessidade de interposição de recurso contra a decisão que, não se manifestando sobre a requerida aplicação de presunção, prosseguiu no feito, determinou a intimação do recorrente para apresentação dos seus cálculos, não havendo que se falar, portanto, em omissão.

Ademais, concluiu a Corte de origem que pode o magistrado, verificando a

necessidade de conhecimento técnico para o julgamento das contas das partes, determinar a realização de perícia. O entendimento acima encontra-se de acordo com a jurisprudência desta Corte Superior, segundo o qual a presunção de veracidade prevista no art. 475-B, § 2º, do CPC/1973 é apenas relativa, senão vejamos:

*PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MEMÓRIA DE CÁLCULO ELABORADA PELO CREDOR. PRESUNÇÃO RELATIVA. IMPUGNAÇÃO DO DEVEDOR. INSTRUMENTO ADEQUADO PARA ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO. PRECLUSÃO. INOCORRÊNCIA.*

*1. A memória de cálculo elaborada pelo credor na forma do art. 475-B do CPC, ainda que o devedor, intimado, não apresente os dados necessários à elaboração da conta que estejam em seu poder, possui presunção relativa. Conclusão que se extrai a partir de uma interpretação conjunta dos parágrafos do próprio artigo mencionado e da necessidade de adstrição da execução aos limites do título executivo.*

*2. A impugnação ao cumprimento de sentença é o instrumento processual à disposição do devedor para que se manifeste sobre eventual excesso de execução. O prazo para sua apresentação, em regra, conta-se da intimação do auto de penhora e avaliação.*

*3. Hipótese em que a irresignação manifestada pelo devedor, de acordo com o que se verifica das premissas fáticas assentadas no acórdão recorrido, não foi decidida no curso do procedimento liquidatório, o que enseja a admissibilidade da discussão na via eleita.*

*4. Ademais, as peculiaridades da presente execução evidenciam que a controvérsia subjacente não se limita à apuração matemática do resultado da condenação imposta na sentença, abrangendo também a interpretação da decisão exequenda.*

*5. Nesse contexto, não admitir que o devedor alegue excesso de execução na impugnação apresentada implica inviabilizar o exercício do contraditório e cercear seu direito de defesa.*

*6. Recurso especial não provido.*

*(REsp 1138195/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/08/2012, DJe 05/09/2012)*

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. CÁLCULO DO VALOR DEVIDO. VIOLAÇÃO AO ART. 475-G DO CPC/73. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRADO. SÚMULAS 7 E 13 DO STJ.*

*1. A Corte local, com base nos elementos fático-probatórios dos*

*autos, afastou a presunção relativa de veracidade decorrente do art. 359 do CPC/73 em sede de liquidação de sentença, concluindo pela correção dos cálculos do perito. Desse modo, rever a decisão recorrida e acolher a pretensão recursal importaria necessariamente no reexame de provas, o que é defeso nesta fase recursal, ante o óbice da Súmula 7-STJ.*

*2. A ausência de cotejo analítico impede o conhecimento do alegado dissídio jurisprudencial.*

*3. Em relação ao julgado paradigma do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ressalta-se que a divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja recurso especial (Súmula 13/STJ).*

*4. Agravo interno não provido.*

*(AgInt no AREsp 657.683/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/05/2016, DJe 06/05/2016)*

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REVELIA. CONFISSÃO FICTA. PRECEDENTES DO STJ. MATÉRIAS NÃO PREQUESTIONADAS. SÚMULA 211/STJ. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO NOS MOLDES LEGAIS. AGRAVO IMPROVIDO.**

*1. "A presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em face da revelia do réu é relativa, podendo ceder a outras circunstâncias constantes dos autos, de acordo com o princípio do livre convencimento do Juiz" (REsp n. 434.866/CE, Relator o Ministro Barros Monteiro, DJ de 18/11/2002).*

*2. A Corte de origem não apreciou as matérias tratadas nos arts. 389, 395, 402 e 404 do CC, a despeito da oposição de embargos declaratórios, o que atrai a incidência da Súmula n. 211 do STJ.*

*3. O dissenso pretoriano não ficou demonstrado por meio do cotejo analítico - com transcrição de trechos dos acórdãos recorrido e paradigma que exponham a similitude fática e a diferente interpretação da lei federal entre os casos confrontados -, conforme exigem os arts. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e 255, § 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.*

*4. Agravo regimental improvido.*

*(AgRg nos EDcl nos EDcl no AREsp 634.841/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/05/2015, DJe 19/05/2015)*

Além disso, quanto à alegação do recorrente de que sendo a obrigação

líquida, a perícia determinada seria mero instrumento probatório a cargo do impugnante, esta Corte possui entendimento de que o reexame, de ofício pelo juiz, dos cálculos apresentados unilateralmente pelo exequente não implica em alteração da modalidade de liquidação e não está sujeito a preclusão. Sobre o tema

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DE DO NCPC. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. AUSÊNCIA. INEXISTENTE OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73 (ART. 1.022, II, DO NCPC) C/C ARTS. 165 E 458 DO CPC/73. PRECLUSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO, NOS MOLDES LEGAIS. AGRAVO NÃO PROVIDO.*

*1. Aplicabilidade do novo Código de Processo Civil, devendo ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

*2. Inexistentes as hipóteses do art. 535 do CPC/73 (art. 1.022, II, do NCPC), não merecem acolhida os embargos de declaração que têm nítido caráter infringente.*

*3. O Superior Tribunal de Justiça adota o entendimento de que o fato de a juíza sentenciante ter julgado a lide, entendendo desnecessária a produção de nova prova pericial anteriormente deferida, não implica preclusão 'pro judicato', pois, em questões probatórias, não há preclusão para o magistrado (AgRg no REsp 1.212.492/MG, Quarta Turma, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, DJe 2/5/2014).*

*4. A não observância dos requisitos dos arts. 541 do CPC/73 (art. 1.029, § 1º, do NCPC) e 255, §§ 1º e 3º, do RISTJ torna inadmissível o conhecimento do recurso com fundamento na alínea c do permissivo constitucional.*

*5. Agravo interno não provido.*

*(AgInt no AREsp 881.918/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/09/2016, DJe 11/10/2016)*

*PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. SONEGAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA PERÍCIA. CÁLCULOS OFERTADOS PELO EXEQUENTE REPUTADOS CORRETOS.*

**FLEXIBILIZAÇÃO. POSSIBILIDADE DE REEXAME DOS CÁLCULOS DE OFÍCIO PELO JUIZ. CONTRADITÓRIO LIMITADO.**

- 1. Ausentes os vícios do art. 535 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.*
- 2. É lícito o reexame, de ofício pelo juiz competente, dos cálculos apresentados unilateralmente pelo exequente, nos termos do art. 475-B, § 3º, do CPC, o que não implica em alteração da modalidade de liquidação.*
- 3. O reexame dos valores, entretanto, é restrito a correção do cálculo apresentado e não importa em concessão de nova oportunidade para apresentação de documentos que foram oportunamente sonegados pela devedora.*
- 4. Recurso especial conhecido e, nesta parte, parcialmente provido. (REsp 1320172/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/03/2013, DJe 12/03/2013)*

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator